

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”**

**LES0237/2019 – Sociedade, Cultura e Natureza**

Ana Maria Piccino, Francisco M. Ayres, Guilherme F. Burgi, Guy Jann Terra, Steffi Babini

**A6: Críticas Ambientalistas à Revolução Verde**

O tema aqui tratado tem como base um artigo de Roberto José Moreira (2000). O autor é engenheiro agrônomo pela ESALQ/USP (1968). É Mestre em Ciências Sociais Agrárias pela ESALQ (1973), Doutor em Economia pela Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco (1975) e PhD em Economia pela Cornell University/USA (1978). Foi professor e pesquisador em economia rural na UNESP e ESALQ. Atualmente, é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com atuação, desde 1978, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). No artigo em questão, Moreira sublinha particularmente que os embates ambientalistas em torno das definições de desenvolvimento sustentável podem ser interpretados a partir de duas grandes vertentes opostas.

A primeira dessas vertentes defende uma nova relação das técnicas de exploração da natureza, considerando que a sustentabilidade pode ser alcançada com ênfase quase exclusiva em aspectos ambientais. De acordo com o autor, esta vertente é mais presente em países de capitalismo avançado, conhecidos como aqueles do “Norte”, cuja população é mais rica. Trata-se de propostas de ajustes paliativos de forma que os países do Norte continuem a se desenvolver pouco importando com um desenvolvimento mais equilibrado em relação aos países do Sul.

A segunda vertente, mais frequente nos países do “Sul” e entre as camadas mais pobres da população mundial, tende a associar a defesa do meio-ambiente com demandas por mais justiça social. Trata-se assim de inserir a questão ambiental nas reivindicações por equidade social. Nesta vertente, é frequente a defesa da ideia segundo a qual a produção de tecnologias sustentáveis deve ocorrer de forma descentralizada, com envolvimento dos atores locais, o que seria mais adequado para um desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente.

Os conceitos e debates sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável tiveram suas raízes na década de 1960/70, com a emergência das preocupações com a degradação do meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, em 1972, constitui um marco da inscrição do problema ambiental na agenda política mundial. A principal definição de desenvolvimento sustentável ocorre em 1987 com o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Este relatório veicula a definição de

sustentabilidade segundo a qual se trata de um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável contribuiu com a formulação de críticas à Revolução Verde, tal como é conhecido o pacote tecnológico agroindustrial que foi a base da modernização da agricultura. Trata-se de um contraponto aos problemas causados pelas práticas agrícolas modernas, realizadas em monocultivo e com intenso uso de insumos industriais poluentes.

Entre os críticos da Revolução Verde, muitos autores defendem uma nova política de distribuição de terras, mais justa, a fim de alcançar conseqüentemente uma melhor repartição da renda obtida pela agricultura. Com efeito, a “modernização conservadora” da agricultura agravou a desigualdade social no campo, com uma maior concentração das riquezas.

A análise de Roberto José Moreira sobre a crítica à Revolução Verde o levou a identificar três tipos de contestação. Em primeiro lugar, a “crítica técnica”, ou seja, dirigida às práticas da agricultura prejudiciais à preservação dos recursos naturais, como aquelas que provocam poluição, assoreamento, eutrofização dos cursos d’água, erosão e perda de biodiversidade. O conceito de “prudência ambiental” reflete bem a perspectiva que orienta a formulação de críticas e alternativas. Neste âmbito, emergem notadamente as noções de agricultura orgânica e agroecologia.

O segundo tipo se refere à “crítica social”. Nesta ótica, é realçado que as políticas públicas de modernização agrícola acentuaram a elevada concentração da propriedade das terras em território brasileiro. Esta desigualdade provoca grande precariedade entre os trabalhadores rurais e, também, gera elevado êxodo rural. Estes críticos se reúnem particularmente no campo da defesa da reforma agrária.

O terceiro tipo de crítica salienta a dimensão econômica. Por conta da crise do petróleo dos anos de 1970, aumentaram os custos de produção do pacote tecnológico da Revolução Verde. Assim, houve encarecimento do processo produtivo e redução da renda dos agricultores. Desta forma, emerge um debate sobre a mudança das matrizes energéticas, o que levou notadamente à implantação do programa Proálcool.

Com distintas graduações, os diferentes tipos de críticas tendem a apontar para a agricultura familiar como a forma social de produção capaz de protagonizar um desenvolvimento rural sustentável, com orientação fundada na agricultura orgânica e agroecologia.

Enfim, o autor considera que a ideologia da subsistência constitui um obstáculo ao fortalecimento da agricultura familiar, na medida em que veicula a ideia segundo a qual os produtores familiares são apenas capazes, se tanto, de assegurar uma produção de subsistência para suas famílias. Deste modo, não deveriam ser beneficiados pelas políticas agrícolas e não poderiam

contribuir efetivamente para o desenvolvimento nacional. O conceito de ideologia aqui é próximo daquele proposto por Thompson (1995) na medida em que estas ideias de fragilidade da agricultura familiar favorecem a preservação de relações de poder e de dominação do campo, contribuindo para a perpetuação da grande desigualdade social brasileira.

#### Referências Bibliográficas:

Academia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2019), Roberto José Moreira. Disponível em: <http://ufrj.academia.edu/RobertoJos%C3%A9Moreira>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

MOREIRA, Roberto José (2000). "Críticas ambientalistas à Revolução verde". *Estudos sociedade e agricultura*, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 39-52.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1972). Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

THOMPSON, John (1995), *Ideologia e cultura moderna*, Petrópolis: Editora Vozes.